

Análise semântica e análise textual¹

Marion Carel*

Resumo

Gostaria de mostrar aqui a importância das próprias estruturas na determinação do sentido de nossos discursos. Mais precisamente, é a parte argumentativa do sentido de nossos enunciados que me interessará, isto é, a sua capacidade de evocar argumentações fundadas sobre seus próprios termos. Meu estudo terá duas partes. A primeira será consagrada à ambivalência argumentativa de nossos enunciados: veremos o quanto são variáveis, no interior dos enunciados, as posições sintáticas dos termos sobre os quais se fundam as argumentações evocadas. A segunda parte será consagrada aos meios linguísticos de resolver essa ambivalência argumentativa e, em particular, ao papel que a organização textual tem na determinação da interpretação argumentativa dos enunciados. Este estudo se apoiará numa fábula de La Fontaine, O leão e o rato.

Palavras-chave: Ambivalência argumentativa. Análise semântica. Análise textual. Argumentações evocadas. Organização textual.

Que a análise textual deve se apoiar na análise semântica é uma banalidade, sobretudo desde que Frege impôs a hipótese de que o sentido era composicional: nenhum conteúdo poderia ser significado apenas por uma combinação de palavras – quer se tratasse de um sintagma, de um enunciado, quer de um texto –, sem que suas partes já não fossem significadas pelas palavras. Ao contrário, eu gostaria de mostrar a importância das próprias estruturas, das estruturas e não de seus constituintes, na determinação do sentido de nossos discursos.

Mais precisamente, é pela parte argumentativa do sentido de nossos enunciados que me interessarei, quer dizer, pela sua capacidade de evocar argumentações fundamentadas sobre

* École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França.

¹ Artigo publicado em CAREL, Marion. *Analyse sémantique et analyse textuelle. Estudos Linguísticos*, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, n. 1, p. 35-49, jul. 2008.

Texto traduzido por Telisa Furlanetto Graeff - Universidade e Passo Fundo - Passo Fundo - RS e revisto por Leci Borges Barbisan, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

seus próprios termos. Meu estudo terá duas partes. A primeira será consagrada à ambivalência argumentativa de nossos enunciados: veremos o quanto são variáveis, no interior dos enunciados, as posições sintáticas dos termos sobre os quais se fundam as argumentações evocadas; variabilidade que atingirá também a natureza da relação argumentativa que esses constituintes têm entre si. A segunda parte será consagrada aos meios linguísticos de levantar essa ambivalência argumentativa e, em particular, ao papel que a organização textual tem na determinação da interpretação argumentativa dos enunciados. Este estudo se apoiará numa fábula de La Fontaine, *O leão e o rato*.

Duas construções argumentativas

Nossos enunciados, vamos ver, comunicam argumentações, as quais, certamente, não são estranhas às palavras do enunciado, de modo que vai ser possível classificar os enunciados em razão das ligações mantidas pelos termos do enunciado e aqueles da argumentação. Distinguirei duas grandes famílias, as conexões e as construções centradas:

- | | |
|--|--------------------|
| (1) <i>esse grande te protegerá facilmente</i> | conexão |
| (2) <i>ao menos uma vez, Pedro foi econômico</i> | expressão centrada |

As conexões

Nossos enunciados são, primeiramente, aptos, esse será meu primeiro exemplo, a evocar argumentações, ligando com uma conjunção de consecução, como *portanto*, *porque*, ou ainda *se*, um termo de seu grupo-sujeito e um termo de seu grupo verbal. Assim ocorre em (1), que se imaginará dirigido por uma mãe à sua filha que entra na escola primária, crendo na brutalidade das outras crianças. O termo *grande* tem nele o estatuto de nome que toma no vocabulário da escola, quer se trate de enunciados dos adultos (*os grandes vão ao segundo serviço da cantina*), quer daquele das crianças (*Professora, um grande a derrubou*): não se trata daqueles que são grandes de tamanho, mas daqueles que têm mais idade, ou, sobretudo, mais antigos, aqueles que sabem e que, por isso, ganham em força. (1) é parafraseável por (1'):

- (1) *essa grande te protegerá facilmente*
 (1') *essa menina é uma grande, portanto ela te protegerá*

Notar-se-á a esse propósito a diferença entre (1) e (3):

- (3) *a menina de azul te protegerá facilmente*

cujo sujeito gramatical tem por única função determinar a criança de que fala o locutor. Não é esse o caso do sujeito gramatical de (1): ele permite, certamente, determinar a criança de quem o locutor fala (para dizer a verdade, essa capacidade de nomear não me interessa nada), mas o nome *grande* tem, igual-

mente, o papel de justificar a predicação e é por isso que (1) é mais tranquilizante que (3). O enunciado (1) é equivalente à argumentação (1').

Como (1') é prefigurado em (1), que ligação há entre os termos de (1') e os termos do próprio enunciado (1)? Eu me contentarei aqui de destacar que o enunciado (1) contém dois termos, *grande* e *proteger facilmente*, que são argumentativamente importantes em (1'): direi que o enunciado (1) constrói **conectivamente** (1'), ou ainda que ele realiza uma **conexão** – deixo de lado a determinação de todos os outros termos de (1'), termos, com certeza, argumentativamente menos importantes, embora necessários à constituição do discurso (1').

O enunciado (4) constitui igualmente uma construção conectiva:

(4) *seu pecadinho foi julgado um caso de força*

– ter-se-á reconhecido *Os Animais doentes de peste*: trata-se da falta de que se acusa o asno, o fato de que ele comeu a grama de uma pradaria. Uma primeira análise conduziria a analisar (4) não por sua argumentação, mas pela simples soma de dois conteúdos:

(4a) *pastar a grama era um pecadinho*

(4b) *pastar a grama foi julgado um caso de força*

O primeiro seria pressuposto e o segundo posto (notar-se-á nesse sentido que seu pecadinho não foi julgado um caso de força, mantém o pressuposto (4a). Essa primeira análise é, contudo, insuficiente, porque não dá conta do fato de que La Fontaine não se contenta

com nos relatar o julgamento dos animais. Ele o condena, e essa condenação aparece no contraste que La Fontaine faz entre a enormidade da punição e a pouca gravidade da falta. Assim, (4) não é a simples adição de (4a) e de (4b); (4) comunica a argumentação (4'):

(4') *pastar a grama era um pecadinho, no entanto foi julgado um caso de força*

Os dois termos importantes dessa argumentação, *pecadinho* e *foi julgado um caso de força*, estão presentes no próprio (4). Tanto quanto (1), (4) realiza uma “conexão”.

Uma diferença, contudo, aparece entre (4) e (1), relativa à natureza da argumentação que parafraseia esses enunciados – a argumentação (1') marca uma coerência (*portanto*); a argumentação (4') marca uma oposição (*entretanto*) –, de modo que uma primeira ambivalência argumentativa aparece: o enunciado (1) ter sido interpretado como significando (1'') e o enunciado (4) como significando (4''):

(1'') *essa menina é uma grande, entretanto ela te protegerá facilmente*

(4'') *pastar a grama era um pecadinho e portanto foi julgado um caso de força*

Admito, certamente que as interpretações (4') e (1') são mais imediatas que (4'') e (1''). Aquilo sobre o que gostaria de insistir, é o fato de que as interpretações (4'') e (1'') são, contudo, possíveis, desde que se entenda em (4) uma qualificação (paradoxal) dos Animais e, em (1), uma qualificação (paradoxal) do interlocutor.

O exemplo (4) é mais fácil: o locutor de (4) apresenta, então, a reação dos Animais à falta do asno como um novo exemplo de sua incapacidade de julgar corretamente (poder-se-á dizer do mesmo modo, a propósito do cachorro imbecil que guarda o penitenciário nas aventuras de Lucky Luke: *esse pequeno roubo foi certamente julgado muito grave por Rantanplan*). O exemplo (1), em razão do pronome de segunda pessoa e do futuro, é um pouco mais difícil de interpretar paradoxalmente. Poder-se-ia, para isso, imaginar que falo de um menino que não gosta de ser mimado pelos mais velhos: *veja, esse grande o protegeu facilmente* comunicará, então, *é um grande e no entanto ele o protegeu facilmente*. Posso, assim, me dirigir ao menino e lhe dizer, um pouco ironicamente: *esse grande, mesmo assim, te protegeu facilmente*. Com um pouco mais de ironia e um pouco mais de crueldade, eu poderia dizer-lhe (1) *esse grande te protegerá facilmente* e comunicar (1'').

Há, então, ambivalência na ligação argumentativa. Essa ambivalência pode ser levantada graças a alguns acréscimos – (5) e (6) seriam necessariamente interpretados por (1') e (4'):

- (5) *essa grande te protegerá com certeza facilmente*
- (1') *essa menina é uma grande portanto ela te protegerá facilmente*
- (6) *esse pecadinho foi entretanto julgado um caso de força*
- (4') *comer a grama era um pecadinho entretanto foi julgado um caso de força*

Nos casos de (1) ou de (4), nenhum termo tem por função marcar o tipo de argumentação comunicada; a maior facilidade de interpretações (1') e (4') decorre de uma preferência pelas interpretações em conformidade com a doxa.

A essa primeira forma de ambivalência argumentativa se acrescenta outra: os dois termos conectados não estão necessariamente presentes, um no grupo sujeito e outro no grupo verbal. Podem, por exemplo, estar ambos no grupo verbal. É o caso da construção (7) que é parafraseável por (7'):

(7) *Pierre fugiu do perigo*

(7') *era perigoso, por isso Pedro fugiu*

As escolhas interpretativas se multiplicam, então, quando vários termos, presentes nos diversos grupos sintáticos, podem ser ligados. O interlocutor B do diálogo seguinte explora essa liberdade:

A: Não é justo. Pedro não pode ir à piscina sozinho e seu irmão maior foi lá.

B: É claro, é seu irmão grande.

Pelo enunciado *seu irmão grande foi à piscina sozinho*, A quer comunicar *seu irmão maior estava só e no entanto foi à piscina*, (a conexão diz respeito aos dois termos do grupo verbal); B, reutilizando a mesma frase que A, comunica *seu irmão é maior portanto ele foi à piscina sozinho*. A construção argumentativa utiliza desta vez um termo do grupo sujeito e um do grupo verbal; além de mudar de natureza, a conexão mudou de alcance.

Em resumo, alguns de nossos enunciados comunicam argumentações cujos dois termos argumentativamente importantes estão presentes desde o próprio enunciado: o enunciado é, então, dito constituir uma conexão. Os termos do enunciado, base da argumentação, têm, de um exemplo a outro, posições sintáticas variáveis, e sua ligação pode ser ou em “portanto”, ou em “no entanto”. Eis aí uma primeira fonte de ambivalência argumentativa de nossos enunciados, que serão aptos a evocar, segundo os termos conectados e a natureza de sua ligação, diversas argumentações. Há uma segunda: a construção argumentativa pode ser não mais conectiva, mas “centrada”.

As construções centradas

Segunda família de construções: as construções centradas. Consideremos (2):

(2) *Ao menos uma vez, Pedro foi econômico*

O enunciado (2) supõe que Pedro não comprou um certo objeto, um objeto que ele desejava, mas que não era útil. Dito de outro modo, (2) evoca argumentações como (2') e (2''):

(2') *o objeto que Pedro desejava não era útil portanto ele não o comprou*

(2'') *Pedro desejava comprar alguma coisa, no entanto não o fez*

Que ligações a argumentação (2') mantém com o enunciado (2) que a evoca? Notar-se-á que os termos argumentativamente importantes de (2'), *não útil* e *não comprar*, não têm traço

material em (2): a argumentação (2') não é designada por conexão. Não que seja estranha à significação das palavras de (2), mas é prefigurada por só uma dentre elas: o adjetivo *econômico*. É na própria significação dessa palavra que estão ligadas a *inutilidade* e a *não despesa*: ser econômico é, por definição, não comprar uma coisa se é inútil e é, portanto, unicamente o adjetivo econômico que fornece a base da argumentação (2') evocada por (2). A mesma análise pode ser feita para (2''), cujas palavras argumentativamente importantes são também prefiguradas na significação de *econômico*. Direi que a construção argumentativa é **centrada** sobre o termo *econômico*.

O termo do enunciado sobre o qual a construção argumentativa é centrada pode pertencer ao grupo verbal, é o exemplo que acabamos de ver. Pode igualmente pertencer ao grupo sujeito, como mostra o estudo de (8):

(8) *o medo invade Pedro*

Duas interpretações de (8) são, com efeito, possíveis. Numa primeira interpretação, aquela que me interessa menos, o termo do enunciado graças ao qual é evocada a argumentação é o verbo *invadir* (essa interpretação seria favorecida pelo acréscimo de um advérbio, por exemplo, *o medo invade Pedro lentamente*). Pedro é, então, descrito como o objeto de um ataque, como perdendo sua independência, como perdendo o controle de si mesmo e (8) comunica (8'):

(8') *esse sentimento não era desejado por Pedro, no entanto o medo estava presente nele*

A construção argumentativa é centrada em *invadir*.

Sob a segunda interpretação, aquela que me interessa aqui, não se trata mais da forma de presença do sentimento, da maneira como o sentimento se introduziu em Pedro, mas diretamente daquilo que Pedro sente. (8) significa que Pedro tem medo e é evocada uma argumentação como (8''):

(8'') *Pedro pensou no fato de que estava ameaçado e experimentou então um sentimento penoso*

cujos termos argumentativamente importantes, *pensar no fato de que se é ameaçado e experimentar um sentimento penoso*, são prefigurados na significação do nome *medo* (ter medo, é experimentar um sentimento penoso em razão da representação ameaçadora que se faz da situação). A construção é centrada em *medo*.

A posição sintática do termo do enunciado sobre o qual a construção é centrada é, assim, variável, o que de novo é fonte de ambivalência.

As construções mistas

Evocarei um último caso, muito frequente quando a estrutura sintática da frase se complica, e para a qual eu falarei de construção **mista**:

(9) *O medo de ser vista tornava-a rubra até a carne do pescoço que afundava no seu vestido.*

Essa frase descreve a loucura da Madame Hermet (*Madame Hermet*, Mau-passant). O narrador visita um hospício e nele observa Madame Hermet; a seu

pedido, o médico conta-lhe a história dessa mulher, o relato de sua beleza, seu medo de ser atingida pela varíola contraída por seu filho, sua recusa a entrar no quarto da criança que a chamava, a morte de seu filho. (9) é tirada do prólogo da novela.

Dois fenômenos argumentativos interferem aqui. O primeiro fenômeno é em razão do emprego do verbo *tornar* (*rendre*) que estabelece uma conexão entre o pensamento de ser vista e o rubor, de modo que (9) evoca a argumentação (9'):

(9') *ela pensava no fato de ser vista, portanto ficava vermelha até a carne do pescoço que afundava no seu vestido*

O mesmo emprego do verbo *tornar* seria responsável pelo fato de que (10) evocaria, ele também, (9'):

(10) *O prazer de ser vista tornava-a rubra até a carne do pescoço que afundava no seu vestido*

O segundo fenômeno argumentativo é devido ao emprego em (9) do nome *medo* cuja significação prefigura argumentações como (9''):

(9'') *ela pensava no fato de ser ameaçada e portanto experimentava um sentimento penoso*

(9') aparece, então, como uma versão detalhada de (9''), precisando em que pensa Madame Hermet e a forma exterior que toma o sentimento penoso que ela experimenta. Desenvolvamos isso.

Direi que somente (9') é evocada, a argumentação (9'') serve unicamente para esclarecer, para mostrar o sentido. Eis aí uma diferença com o exemplo (2)

em que o termo sobre qual se baseava a construção argumentativa, o adjetivo *econômico*, prefigurava várias argumentações que se acrescentavam e eram todas paralelamente evocadas. Aqui, (9') e (9'') não se acrescentam: elas se subordinam, e somente (9') é evocada, (9') *enquanto* manifestação da forma de (9'').

Há, assim, interferência entre a conexão efetuada por *tornar* e a interpretação dessa conexão pela palavra *medo*. Essa interferência tem por consequência que o rubor constitui em (9) a marca de um sentimento penoso. A mesma interferência, mas dessa vez entre (9') e o nome *prazer*, tem por consequência em (10) que o rubor aparece como a forma exterior de um sentimento agradável.

Ao mesmo tempo conexão – porque os termos importantes de (9') apareciam ambos em (9) –, mas também contração – pois esses termos tomam seus sentidos por comparação com a significação da palavra *medo* –, a construção será dita **mista**. A possibilidade dessa “mistura” decorre de um fenômeno mais geral de **decalagem**, frequentemente observado nos estudos retóricos sobre a argumentação, e que é devido à subdeterminação da Causa e da Consequência pelos segmentos de uma argumentação. Um exemplo: o encadeamento *Pedro saudou Maria, portanto ela ficou perturbada* pode significar que a simples saudação de Pedro foi causa de perturbação para Maria (a “garantia” seria *ser saudado é perturbador (para Maria)*: não há, então, nenhuma decalagem; é a saudação de

Pedro, enquanto saudação, que perturbou Maria. Mas o mesmo encadeamento pode também significar que Maria ficou perturbada pela atenção de Pedro: não é mais, então, a saudação em si mesma, mas a saudação enquanto marca de atenção que perturba Maria (a “garantia” seria *ser o objeto de atenção é perturbador [para Maria]*). Há o que chamei decalagem. Concerne aqui à Causa, mas pode, igualmente, concernir à Consequência: o encadeamento *Pedro é gentil portanto ele acompanhou Maria à sua casa* será, geralmente, compreendido como dando como Consequência à gentileza de Pedro, não o fato preciso, quase maníaco, de acompanhar as pessoas, mas aquele mais geral de ajudá-las.

Assim, há decalagem cada vez que a leitura causal não leva em conta toda a especificidade dos termos empregados no encadeamento e escolhe para causa ou para consequência termos mais gerais que aqueles empregados. Certas palavras, certas construções sintáticas, têm por função guiar os fenômenos de decalagem. A palavra *porque* (C *porque* A) impede toda decalagem do lado do segmento A que ela introduz: o locutor de *Maria perturbou-se porque Pedro a saudou* vê na saudação de Pedro, enquanto saudação, a causa da perturbação de Maria. Outras construções, ao contrário, introduzem uma decalagem: é o caso da estrutura de (9), *o medo de X conduz a Y*, que obriga a interpretar *X portanto Y* como uma manifestação de medo.

Esses fenômenos de decalagem são, eu o anunciava, fontes de “mistura argumentativa”. Já que não são os mesmos termos que determinam o encadeamento evocado e a leitura causal daquele encadeamento (a teoria dos blocos semânticos fala de “aspecto expresso”), as determinações de um e de outro podem seguir procedimentos diferentes: de onde a existência de construções mistas, ao mesmo tempo conexões e construções centradas.

Papel do texto na determinação da interpretação argumentativa dos enunciados

Nossos enunciados prefiguram argumentações, seja por conexão (os termos argumentativamente importantes da argumentação estão, então, ambos materialmente presentes no enunciado), seja por centramento (os termos argumentativamente importantes da argumentação são, então, prefigurados na significação de apenas um dos termos do enunciado). Qualquer enunciado não evoca qualquer argumentação.

Mas pode-se ser mais preciso? Algumas palavras têm por função designar os termos do enunciado que servirão de base à argumentação evocada? Certas palavras têm por função impor a natureza da argumentação evocada? A organização textual, tem algum papel? É isso que vamos agora estudar com um

exemplo, aquele da fábula de La Fontaine, *O leão e o rato* (esta divide sua moral com *A pomba e a formiga*, deixo de lado essa segunda narrativa):

É preciso, tanto quanto se possa, obsequiar todo mundo:

Tem-se frequentemente necessidade de um menor do que a gente.

Dessa verdade duas Fábulas darão crédito,

Tanto a coisa em provas abunda.

Entre as patas de um Leão,

Um Rato saiu da terra bastante atordado.

O Rei dos animais nessa ocasião,

Mostrou o que era, e lhe deu vida.

Essa boa ação não foi perdida.

Alguém teria um dia acreditado

Que um Leão de um Rato tivesse necessidade?

Entretanto aconteceu que ao sair da floresta

Esse Leão foi preso numa rede

A qual seus rugidos não podiam desfazer.

Senhor Rato acorreu, e fez tanto com seus dentes

Que uma malha roída fez todo o trabalho,

Paciência e duração de tempo

Fazem mais que força ou que raiva.

Estudarei dois exemplos, ambos escolhidos na primeira moral, e ambos relativos à natureza das argumentações evocadas (em “portanto” ou em “entretanto”. O primeiro procurará mostrar a função argumentativa de certas palavras (*todo o mundo*); o segundo porá em evidência o papel da estrutura textual. Ver-se-á, então, como o próprio relato influencia a interpretação da moral.

Certas expressões têm a função semântica de dirigir a interpretação argumentativa dos enunciados em que são empregadas

Proponho-me estudar o papel da expressão *todo o mundo* na evocação, pelo primeiro verso da moral, da argumentação (11):

(11) *Mesmo se alguém é menor, é preciso obsequiá-lo.*

Vamos ver que é a expressão que impõe a natureza opositiva da argumentação (11), essa natureza que (11) divide com *ele é menor; entretanto é preciso obsequiá-lo*: falarei de natureza **transgressiva**.

Tem sido frequentemente observado que há uma relação entre as expressões concessivas e as expressões universais. Lembre-se, por exemplo, da análise do *slogan* de uma marca de farinha desenvolvida em (ANSCOMBRE, 1973):

(com esse produto) até mesmo seu marido fará uma boa comida

Esse *slogan*, que evoca a concessão:

Até mesmo se o cozinheiro é seu marido, ele fará uma boa comida

era aí analisado como um argumento para a conclusão:

Qualquer um fará uma boa comida

de sorte que a descrição de uma expressão de concessão (aqui o emprego de *até mesmo* no início do grupo sujeito) era remetida àquela do universal, estabelecendo que a concessão é um argumento para o universal.

Fauconnier (1975) vai um pouco mais longe no parentesco possível entre a concessão e o julgamento universal, posto que ele vê na expressão *o menor*, não um simples *argumento* para um julgamento universal, mas um modo de exprimir um julgamento universal. Tomemos, a título de exemplo, o emprego de *o menor* que o Carvalho dirige ao Junco:

O menor vento que por ventura / faz enrugar a superfície da água / obriga-vos a baixar a cabeça

Essa passagem evoca de uma parte uma concessão da forma:

Mesmo se um vento é fraco, ele vos obriga a baixar a cabeça

Mas evoca também uma generalidade:

Todos os ventos vos obrigam a baixar a cabeça

Mais precisamente, essa passagem declara que os ventos que são fracos fazem baixar a cabeça e isso é suficiente para comunicar que todos os ventos fazem baixar a cabeça. Fauconnier generaliza isso, dizendo que uma das expressões da quantificação universal de um predicado, consiste em declarar esse predicado válido para objetos aos quais parece menos se aplicar. A descrição da expressão concessiva *o mínimo* é assim reconduzida àquela dos universais de modo mais radical do que o fazia Anscombe: a concessão seria, não um simples argumento para um julgamento universal, mas a expressão de um julgamento universal.

Adotarei a hipótese de Fauconnier de uma relação de *paráfrase* entre certas

concessões e certos universais. Mas terei o encaminhamento inverso ao dele (e ao daquele de Anscombe).

Ao invés de descrever a transgressão recorrendo ao universal, descreverei o universal de *todo o mundo*, dizendo que ele assinala uma argumentação transgressiva. Dito de outro modo, analisarei a frase:

É preciso, tanto quanto se possa, obsequiar todo mundo

como podendo ser explicitado por:

*É preciso, tanto quanto se possa, obsequiar as pessoas, **mesmo se** se trata de alguém P*

e admitirei, de maneira geral, que faz parte da própria significação da expressão *todo o mundo* assinalar a presença de uma argumentação transgressiva.

Por vezes os termos da argumentação transgressiva estão presentes no próprio enunciado: assim ocorre na primeira frase de Sarrasine (Balzac):

Eu estava imerso num desses devaneios profundos que acometem todo o mundo, até mesmo um homem frívolo, no seio de festas as mais tumultuosas

pois a argumentação:

Mesmo se um indivíduo tem a propriedade P, ele será acometido de devaneios no seio de festas as mais tumultuosas

é imediatamente completado em:

Mesmo se um indivíduo é frívolo, ele será acometido de devaneios no seio de festas as mais tumultuosas

O primeiro verso de La Fontaine é, por outro lado, menos explícito. A ocorrência de *todo o mundo* indica novamente que

é evocada uma argumentação transgressiva da forma:

Mesmo se um indivíduo tem a propriedade P, é preciso obsequiar essa pessoa

mas é somente o segundo verso da moral que especifica a propriedade P malgrado a qual é preciso, entretanto, obsequiar a pessoa em questão: trata-se de *um menor que a gente*.

Assim, dois procedimentos levam a entender a argumentação (11) no verso de La Fontaine: a expressão *todo o mundo* assinala que é comunicada uma argumentação transgressiva cujo segundo termo argumentativamente importante é *ser necessário obsequiar*; e o final da moral, porque ele é dado como uma explicação do início, impõe que o primeiro termo argumentativamente importante da argumentação seja *menor*.

A organização textual determina por vezes a interpretação argumentativa dos enunciados

Segundo procedimento desambiguiante, **a articulação**. Não se trata mais dessa vez de *descrever* diretamente a argumentação evocada (dando instruções sobre sua natureza ou mostrando o termo do enunciado que será argumentativamente importante na argumentação), mas, procedimento mais indireto, de comparar expressões, seja aparentando suas interpretações, seja opondo-as. Podem-se distinguir três tipos de articulação, conforme a comparação ocorra entre dois enunciados, entre duas expressões no interior de

um mesmo enunciado, ou, enfim, entre duas partes de um texto – o termo *parte* é voluntariamente vago: será preciso questionar-se sobre possíveis estatutos textuais dessas “partes” articuladas.

Os trabalhos de Ducrot sobre as palavras do discurso habituaram a ver, em muitas conjunções, articuladores de enunciados: *mas* assinala que as argumentações evocadas pelos segmentos sobre os quais ele atua são opostos; o emprego enriquecedor de *até mesmo* marca, ao contrário, um parentesco. Ter-se-á reconhecido aí os exemplos fundadores da teoria da Argumentação na Língua.

Como anunciei, a articulação pode, entretanto, ter igualmente lugar no próprio interior de uma única frase sintática, comparando argumentativamente duas, ou mais, dessas expressões:

Estou pronta para tudo, acariciar seu cachorro nojento, escutar toda a Traviata, olhar Thalassa

Esse enunciado provém, eu o relato de memória, de uma canção de Vincent Delerm: é dirigida por um rapaz à sua amiga, relativamente aos pais dela. Contém três exemplos da motivação amorosa do rapaz: *acariciar seu cachorro nojento*, *escutar toda a Traviata* e enfim *olhar Thalassa*. A interpretação argumentativa das duas primeiras expressões não é influenciada pela sua situação textual: a preferência pelas interpretações doxais conduz de fato por si mesma a compreender a expressão *acariciar seu cachorro nojento* como evocando uma argumentação do tipo “nojento entre-

tanto acariciar” (cf. a interpretação de *seu pecadinho foi considerado um caso de força* por uma argumentação do tipo “pecadinho entretanto julgado um caso de força”) e o emprego de *toda* em *escutar toda a Traviata* dá a ela somente a instrução de compreender o grupo verbal em que ela aparece como evocando uma argumentação transgressiva do tipo “escutar a Traviata, mesmo as passagens que são P” (cf. o papel de *todo mundo* em *é preciso obsequiar todo mundo*). Não ocorre o mesmo com a terceira expressão, *olhar Thalassa* (trata-se de um programa de televisão sobre o mar), cuja interpretação por uma argumentação transgressiva da forma “Thalassa é Q entretanto olhar Thalassa” (por exemplo, “Thalassa é entediante entretanto olhar Thalassa”) não é prefigurado por seus próprios termos. Nada no grupo *olhar Thalassa* conduz a encontrar nele uma argumentação transgressiva, e isso ainda menos porque esse programa tem a reputação de ser distração e passa em horário de grande audiência. É aqui a estrutura da frase em que a expressão *olhar Thalassa* aparece que conduz a interpretar esse grupo verbal por uma argumentação transgressiva: é porque esta é “articulada” a *estou pronta a tudo*, é porque é dada como um exemplo da determinação de rapaz, que se compreende tratar-se de *olhar Thalassa malgrado o tédio que isso causa*.

A fábula de La Fontaine nos fornece um terceiro caso de articulação, o de uma articulação textual entre a moral (os dois

primeiros versos) e todo o relato que segue; do quinto verso até o último: o relato deve ser compreendido como uma prova que faz crer na moral; as interpretações dos dois devem ser aparentadas. Essa articulação textual, é o esperado, vai guiar a compreensão do relato: de uma parte, porque resume o propósito que o locutor pretende desenvolver e, assim, coloca em relevo alguns eventos do relato (o propósito retórico de La Fontaine pode, sem dúvida ser diferente do propósito declarado do locutor) de outra, porque dirige a interpretação argumentativa do relato, destacando, por exemplo, que é a questão de um mais forte e um mais fraco – isso se tornou claro para o leão e o rato, mas é menos claro para a pomba e a formiga, heróis do segundo relato que deve fazer crer na moral. Vamos ver, ao contrário, que a articulação textual entre moral e relato guia também a interpretação argumentativa da moral, mais precisamente aquela de seu segundo verso, *tem-se frequentemente necessidade de um menor que a gente*.

A estrutura *ter necessidade de Y* é, de fato, ambivalente e pode tanto comunicar uma argumentação do tipo “ele é Y portanto ter necessidade dele” (*ter necessidade de água*) quanto uma argumentação do tipo “é Y entretanto ter necessidade dele” (*o senhor tem necessidade de seus escravos*). A frase subjacente ao verso de La Fontaine é ela própria sujeita às duas interpretações e, segundo seus empregos, evocará seja (12), seja (13) – falo da frase subjacente ao verso de La Fontaine, da estrutura

abstrata que ele realiza, e não do verso em si, que ele empregou num contexto tal que evoca, como veremos, a única argumentação (13):

(12) *ele é menor portanto tem-se necessidade dele*

(13) *ele é menor entretanto tem-se necessidade dele*

É o sentido (12) que as crianças gostam de dar à frase e é com esse sentido que ainda é parodiada pelo *slogan* publicitário *sempre se tem necessidade de ervilhas em casa* (é porque se trata de *ervilhas*, e não *embora* se tratasse de *uma ervilha*, que se tem necessidade delas). O próprio provérbio, mais habitual sob a forma *tem-se sempre necessidade de um menor que a gente*, pode ser entendido como comunicando (12).

É, ao contrário, a argumentação (13) que é comunicada pelo emprego da frase na fábula de La Fontaine, e isso por causa de sua articulação textual com a narração. De fato, esse último é dado como exemplo de uma extravagância – *Alguém teria acreditado que um Leão teria necessidade de um Rato?* –, de modo que a moral em que a narração *faz crer* deve ela mesma ser transgressiva. A organização textual impõe uma certa interpretação da moral.

Esse exemplo de articulação textual vem se acrescentar aos estudados por Pinto (2006): trata-se de editoriais políticos, cujos títulos estruturam argumentativamente os textos que os seguem. Em todos esses casos, tanto nos estudados por Pinto quanto naquele das fábulas, ocorre uma articulação entre “partes”

de texto de estatutos diferentes: um, desenvolvimento ou relato, evoca argumentações de que o outro, título ou moral, esclarece o sentido. Ao lado dessa semelhança, há, com certeza, igualmente diferenças, nem que fosse pelo fato de que a moral ganha corpo num relato enquanto o título do editorial se desenvolve de maneira ostensivamente refletida, intelectual. A que se deve essa diferença? Por que as morais das fábulas não são desenvolvidas pelo mesmo gênero de texto que os títulos dos editoriais? Em parte, isso se deve, creio eu, à *natureza* do que as morais e os títulos dos editoriais comunicam.

O título de um editorial, de fato, não somente fornece os padrões das argumentações que serão comunicadas pelo desenvolvimento, mas, além disso, as organiza. Retomemos um exemplo estudado por Pinto, cujo título qualifica um homem político português pela expressão *de esquerda e de direita*. Ter-se-á notado que essa expressão não é simétrica. O primeiro termo agregado (*de esquerda*) tem um estatuto de moldura e é somente o segundo (*de direita*) que é o verdadeiro objeto da enunciação. Consequentemente, a fórmula pode se aplicar a um homem cujo partido político pertence à esquerda, mas não pode se aplicar a um homem cujo partido político pertence à direita. Essa organização do título se reflete sobre a estrutura do desenvolvimento, que será do tipo *ele se diz de esquerda, mas age como um homem de direita* – e não *ele se diz de direita, mas*

age como um homem de esquerda. O título, contendo uma contradição, organiza, e o desenvolvimento, refletindo essa organização, aparece, então, como uma reflexão em torno dessa contradição, uma reflexão e não um relato.

Certamente, todos os exemplos não são desse tipo. A organização retórica refletida pelo título como pelo texto do editorial não tem sempre por objetivo o tratamento de uma contradição. Assim, o editorial do jornal *Le Monde*, de sábado, 5 de janeiro de 2008, tem por (triste) título *Ruptura americana*. Tem por objeto os resultados das Primárias que acabaram de começar nos Estados Unidos e desenvolve, parágrafo após parágrafo, um paralelo entre a escolha dos democratas e a dos republicanos: a cada vez, um lado teve o melhor resultado. Não há ali nenhuma discussão, nenhum conflito de ideias. Entretanto, o texto tem uma organização, que é imediatamente transferida ao título após a leitura do artigo: o adjetivo *americano* é, finalmente, compreendido não mais como uma simples localização geográfica da ruptura, mas como significando *tanto entre os democratas quanto entre os republicanos*. Esse jogo de espelho, aqui do texto ao título, e somente depois, do título ao texto, coloca em evidência a organização do texto e lisonjeia o *ethos* do locutor do editorial.

Essa organização retórica dos títulos dos editoriais, que se reflete nos textos e lhes dão seu caráter reflexivo, está ausente da moral de La Fontaine que

estudamos e que se contenta de comunicar misturados alguns esquemas argumentativos como “pequeno entretanto obsequiado” ou “pequeno entretanto ter necessidade dele”. A fábula aparece, então, não como um “desenvolvimento”, tendo “partes”, mas como um relato que tem “episódios”. A diferença entre fábula e editorial seria resultado de uma diferença de estrutura entre a moral e o título jornalístico.

Conclusão

Em conclusão tiraria deste estudo que a análise semântica deve se apoiar sobre a análise textual. As palavras dos enunciados não são sempre suficientes para determinar o sentido do enunciado, e é, então, o texto, com sua organização geral (por exemplo, moral e relato), com sua capacidade de ter partes com estatutos diferentes, em nome de sua própria natureza de texto, que sustentam a interpretação semântica de seus enunciados.

Analyse semantique et analyse textuelle

Résumé

Je voudrais ici montrer l'importance des structures elles-mêmes dans la détermination du sens de nos discours. Plus précisément, c'est à la part argumentative du sens de nos énoncés que je m'intéresserai, c'est-à-dire à leur capacité à évoquer des argumentations fondées sur leurs propres termes. Mon étude aura deux parties. La première partie sera consacrée à l'ambivalence argumentative de nos énoncés: nous verrons combien sont variables, à l'intérieur des énoncés, les positions syntaxiques des termes sur lesquels se fondent les argumentations évoquées. La seconde partie sera consacrée aux moyens linguistiques de lever cette ambivalence argumentative, et en particulier au rôle que l'organisation textuelle tient dans la détermination de l'interprétation argumentative des énoncés. Cette étude s'appuiera sur une fable de La Fontaine, *Le Lion et le Rat*.

Mots-clés: Ambivalence argumentative. Analyse semantique. Analyse textuelle. Argumentation évoquée. Organisation textuelle.

Referências

ANSCOMBRE, J-Cl. Même le roi de France est sage, un essai de description semantique, *Communications*, n. 20, p. 40-82, 1973.

FAUCONNIER, G. Pragmatic scales and logical structures. *Linguistic Inquiry*, v. 6, n. 3, p. 353-375, 1975.